

Dívida Externa Governo volta a pagar juros e espera sensibilizar credores

JORNAL DO BRASIL
6 JAN 1991

BRASÍLIA — Na quarta-feira passada, primeiro dia útil do ano, os computadores do Banco Central (BC) registraram os primeiros pagamentos de juros aos bancos privados estrangeiros, após 18 meses de moratória. Até março próximo o governo vai pagar US\$ 489 milhões, ou seja, 30% dos juros a vencer junto aos bancos privados internacionais, num gesto que demonstra disposição para uma “negociação construtiva”, como definiu a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. “Se eu fosse a ministra, não faria qualquer pagamento de boa vontade antes de fechar um acordo com os bancos”, criticou o senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos autores da resolução do Senado que fixa os parâmetros para a negociação da dívida. “Quanto mais gestos de boa vontade o Brasil fizer, mais vai demorar essa negociação”, alertou.

Somente em março, parte desses pagamentos será retirada das reservas brasileiras em moeda estrangeira. Ainda que esses desembolsos não representem um

impacto maior sobre as reservas, Severo Gomes teme pelo uso desses recursos, antes que o governo tenha a certeza de que conseguirá convencer os credores a aceitar a negociação global da dívida. Nessa negociação, a proposta brasileira é de incluir a maior parte dos juros atrasados, de US\$ 8,5 bilhões, e o estoque de débitos de US\$ 50 bilhões sob a responsabilidade do governo.

Ao tomar a decisão unilateral de iniciar o pagamento dos juros a vencer, o governo aparentemente recuou em sua estratégia de só pagar mediante a conclusão de um acordo global da dívida. Mas a iniciativa é defendida pelo negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster. Ele considera a retomada desses pagamentos como uma atitude coerente por parte do governo, já que, desde o início das negociações com os credores privados, o país se dispôs a pagar, este ano, o que estivesse dentro dos limites de sua capacidade de pagamento, que totaliza US\$ 9 bilhões este

ano, constituídos de parte das reservas e do superávit nas contas públicas.

Ao todo, segundo Dauster, o Brasil poderá pagar US\$ 1,5 bilhão do total de US\$ 4,6 bilhões de juros que pagaria a esses credores este ano. A partir de abril, a continuidade desses desembolsos estará condicionada ao desdobramento que as negociações com os bancos. Amanhã será mais um dia de expectativa no Ministério da Economia. O Comitê Assessor dos credores estará reunido em Nova Iorque para decidir quando será o próximo encontro com os negociadores brasileiros.

Até agora, apesar da retomada do pagamento dos juros, a negociação não aponta para uma conclusão satisfatória. Não há qualquer sinal concreto de que as conversas cheguem a um bom termo até o final de março, como pretendem os credores e o governo brasileiro. “A Costa Rica levou quase dois anos para negociar sua dívida e o México também levou mais de um ano”, lembra Jório Dauster, para explicar que o **tour de force** com os bancos ainda pode consumir meses.